



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2026

#### TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

#### 1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO:

O objeto da presente licitação é o registro de preços para a eventual aquisição de PVS para pavimentação de ruas no perímetro urbano e rural, conforme segue:

##### **Cota destinada a ampla concorrência (poderão participar da disputa todas as empresas)**

ITEM	QUANT.	UN.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	VALOR REFERÊNCIA
01	37.500	M <sup>2</sup>	PVS para pavimentação de ruas, modelo retangular, com as seguintes dimensões: 20 x 10 x 8 cm de espessura no mínimo, resistência de 35 MPa. (NBR. 9781), cor natural.	R\$ 65,15

##### **Cota destinada SOMENTE às beneficiárias da Lei Complementar nº.123/2006.**

ITEM	QUANT.	UN.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	VALOR REFERÊNCIA
02	12.500	M <sup>2</sup>	PVS para pavimentação de ruas, modelo retangular, com as seguintes dimensões: 20 x 10 x 8 cm de espessura no mínimo, resistência de 35 MPa. (NBR. 9781), cor natural.	R\$ 65,15

#### 1.1. Observações do Objeto:

1.1.1. Os PVS deverão atender, quanto aos materiais e métodos executivos empregados, as disposições da NBR. 9781. Deverão atender, ainda, as seguintes condições:

- Consumo mínimo de cimento: 300Kg/m<sup>3</sup>.
- Resistência à compressão simples: (35 MPa).
- Textura: as faces aparentes deverão apresentar uma textura lisa e homogênea resultante do contato direto com as formas metálicas. Não serão aceitas peças com defeitos construtivos, lascadas, retocadas ou acabadas com trinchas e desempenadeiras.
- Areia média, pó de pedra, cimento e concreto-magro serão os materiais utilizados na fase de assentamento das peças.

1.1.2. Tal aquisição tem como objetivo adquirir bloco pré-moldado de concreto para realização de pavimentação de ruas no perímetro urbano e rural do Município.

1.1.3. Em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente ao art. 48, inciso III, e por se tratar de objeto de natureza divisível, a presente contratação será estruturada com a previsão de itens destinados à ampla concorrência e de cota exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, correspondente a até 25% do quantitativo total, de modo a promover o tratamento diferenciado às ME/EPP, sem prejuízo à economicidade e à adequada execução do objeto.

#### 1.2. Qualificação técnica da empresa:

1.2.1. Prova de inscrição e regularidade da empresa participante, na entidade profissional competente, CREA/CAU, devendo possuir Engenheiro Civil ou Arquiteto, devidamente habilitado.

#### 2 - JUSTIFICATIVA:



A presente licitação visa atender as necessidades de aquisição de PVS, para ser usado na pavimentação de ruas, que garantem a melhoria da qualidade das estradas, propiciando fluidez e segurança no trânsito e, ainda, bem-estar social com a redução dos níveis de poeira para os moradores das localidades abrangidas. Além disso, a pavimentação das ruas, através da utilização do PVS, viabiliza a redução dos custos das frequentes manutenções da Secretaria das Obras e aumento da durabilidade das vias.

### **3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

A contratação está devidamente prevista no Estudo Técnico Preliminar, bem como no PAC.

Estava vigente a Ata de Registro de Preços nº 024/2025, Pregão Eletrônico nº 019/2025, que findará em 14 de abril de 2026, fazendo se necessário providenciar novo processo licitatório, pois o material é de uso contínuo e de suma importância para o desenvolvimento das atividades desta Secretaria, não nos possibilitando ficar sem ele.

### **4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

A solução proposta é a aquisição de PVS, conforme justificativa apresentada, e seguindo as especificações e condições descritas no Termo de Referência, para que posteriormente a Administração Pública Municipal realize de forma efetiva suas necessidades, para sanar sua demanda no que tange a este material.

### **5 - LOCAL E DATA DE ENTREGA:**

**5.1. Local de entrega:** O objeto desta licitação, bloco de concreto PVS, deverá ser entregue e devidamente descarregado na Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança (SEMOT), localizada na Rua Senador Alberto Pasqualini, 867 - Lot. Solar, Santo Antônio da Patrulha - RS, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação formal, por meio do envio da Nota de Empenho, ou em local previamente indicado por esta Secretaria ou pelo fiscal da ata.

5.1.1. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 7h30min e 11h30min, e das 13h30min às 17h30min. Este horário poderá ser alterado a critério da Administração Municipal.

5.2. Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio ou transporte.

5.3. O objeto desta licitação será recebido e aceito, mediante fiscalização, e estará sujeito à devolução caso não atenda as especificações exigidas no edital, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá providenciar a substituição imediata, sem ônus para a Administração.

5.4. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, esta Secretaria não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

5.5. A Secretaria terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para processar a conferência e aceitação final do material.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

5.7. A entrega do material licitado será de acordo com a necessidade desta Secretaria e mediante solicitação do fiscal da ata.

### **6 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**



6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ata.

## **7 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações deverão observar o princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade e evitar a concentração de mercado. O §1º do mesmo artigo estabelece que, na aplicação desse princípio, devem ser considerados fatores como a responsabilidade técnica, o custo administrativo decorrente da gestão de múltiplos contratos e as vantagens da divisão do objeto em itens, especialmente quando não se tratar de sistema único e integrado.

Considerando tais parâmetros, Quanto ao princípio do parcelamento, previsto no art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, registra-se que o objeto da presente contratação é único e indivisível, consistindo exclusivamente no fornecimento de PVS, não havendo viabilidade técnica ou econômica para divisão em itens ou lotes, razão pela qual o parcelamento não se aplica ao caso.

## **8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

Estima-se que o valor da aquisição será aquele realizado pelo Departamento de Compras em momento oportuno.

Vislumbra-se que tal valor será compatível com os orçamentos e com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 16/2023, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **9 - FORMA DE PAGAMENTO:**

9.1. O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar os documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, nos quais deverão estar discriminados os materiais entregues e deverá ainda constar na Nota Fiscal o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura.

9.2. O pagamento somente será realizado após a liberação realizada pelo fiscal da ata, designado em Portaria Especial.

9.3. Não será efetuado qualquer pagamento à DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4. O CNPJ da DETENTORA DA ATA constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo, o número da Licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura, e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal.

9.5. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra fato gerador destes e outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB 2108/22.

9.6. A DETENTORA DA ATA deverá emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para os materiais entregues).

## **10 - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:**

10.1. Efetuar o pagamento conforme o determinado neste instrumento.



10.2. Cobrar a fiscalização da ata de registro de preços, que será realizada por servidor designado por portaria.

10.3. Durante a vigência da ata de registro de preços, enviar correspondência a FORNECEDORA, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o estabelecido.

**11 - RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:**

11.1. Executar o objeto licitado conforme especificações deste Termo de Referência e seus anexos, e em consonância com a proposta de preço apresentada.

11.2. Obedecer à cronologia de entrega dos materiais, atendendo as solicitações da CONTRATANTE.

11.3. Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência da ata, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades.

11.4. Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega dos materiais, ou que possam comprometer a sua qualidade.

11.5. Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, à terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

11.6. Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.

11.7. Manter, durante a validade da ata, as mesmas condições de habilitação.

11.8. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias.

11.9. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.

11.10. Efetuar a substituição do bem, objeto da ata de registro de preços, caso não esteja de acordo com o exigido.

11.11. Manter em estoque e em perfeitas condições de uso os objetos da presente licitação.

**12 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

12.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão da Nota de Empenho.

Pedido de Compra 2026/288.

Santo Antônio da Patrulha/RS, 16 de março de 2026.

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal